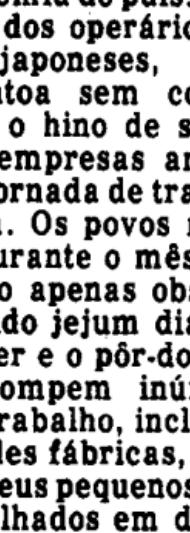


GAZETA MERCANTIL

Crença e desânimo, figuras alternadas de nossa economia



Eduardo Giannetti da Fonseca

O estudo da psicologia social parte do princípio de que a vida das nações, não menos que a dos indivíduos, é vivida em larga medida na imaginação. Existem representações, crenças e imagens mentais que são compartilhadas por um grande número de pessoas de uma dada nacionalidade e que acabam tendo um papel importante no comportamento prático dos indivíduos e da própria economia do país.

Boa parte dos operários e executivos japoneses, por exemplo, entoam sem constrangimento o hino de suas respectivas empresas antes de iniciar a jornada de trabalho cotidiana. Os povos muçulmanos, durante o mês do Ramadã, não apenas observam um rígido jejum diário entre o nascer e o pôr-do-sol como interrompem inúmeras vezes o trabalho, inclusive nas grandes fábricas, para estender seus pequenos tapetes e, ajoelhados em direção a Meca, recitar suas preces a Maomé. Embora gozem do mais alto salário-desemprego de toda a Europa, os trabalhadores alemães evitam de todas as maneiras depender dele, preferindo continuar empregados do que viver à custa do Estado do Bem-Estar. Sem a ética do trabalho, o Estado do Bem-Estar alemão se tornaria inviável.

Para o pesquisador do comportamento humano — e dos componentes não-racionais da ação em particular — a economia brasileira constitui, sem dúvida, um formidável laboratório. Um dos traços mais característicos da psicologia social dos brasileiros tem sido a sua extraordinária volubilidade quando se trata de representar a situação conjuntural e principalmente o futuro da economia do País.

E assim que, ao longo de todo o pós-guerra, assistimos à alternância sucessiva dos mais extremados e incompatíveis estados de ânimo. De um lado, estão os períodos de euforia contagiante e incontido otimismo, como os "50 anos em 5" do governo JK, o "milagre brasileiro" do início dos anos 70 e (não faz tanto tempo) a breve e fugaz luta-de-mel do Plano Cruzado, quando a economia brasileira subitamente logrou combinar — na imaginação de governantes e governados — "inflação suíça e crescimento japonês".

Do outro lado, estão os períodos de descrença e desânimo generalizados, quando a mentalidade derrotista prolifera e passamos a alimentar as expectativas mais sombrias em relação à conjuntura e ao futuro do País. São períodos como o que culminou com a carta-testamento e o suicídio de Vargas em 1954, ou ainda a chamada "crise dos anos 60", quando o "caos e a desordem" da economia, para não falarmos no fantasma da "república anarcossindicalista" de Jango, acabaram levando ao colapso do regime democrático. A mais recente dessas fases de descrença e expectativas sombrias, ainda em curso, é a que se abre com a profunda desilusão causada pelo fracasso do Plano Cruzado.

Ninguém negaria que tais flutuações do ânimo coletivo estão de certa forma correlacionadas com o desempenho real da economia no período. Mas é também difícil deixar de notar como essas oscilações radicais entre euforia e descrença, ao longo de todo o pós-guerra, foram claramente exageradas e acabaram indo muito além, em ambos os casos, do que seria razoável. A evidência sugere que nossa imaginação tende a ser muito mais instável, volúvel e impressionável do que a realidade subjacente sancionaria.

A verdade é que tanto o triunfalismo exagerado (quando tudo parece ir a contento e o futuro da Nação respondece) como o derrotismo excessivo (quando os horizontes se fecham e tudo parece perdido) parecem ser no fundo os dois lados da mesma moeda. Um é a exata contrapartida do outro: ambos frutos da nossa propensão a dar livre curso às impressões e sensações do momento, e a não resistir com mais firmeza ao apelo dos nossos próprios estados emocionais. E o irrealismo das expectativas otimistas, durante as fases de melhor desempenho, que prepara o terreno para a desesperança, prostração e alarmismo que marcam os períodos, como o atual, de dificuldades e busca de novos rumos. Na vida das nações, assim como na dos indivíduos, quanto mais alta a expectativa, maior o tombo; e quanto maior o tombo, mais arrebatadora a "embriaguez do sucesso", quando ressurge a fé.

Mas assim como o otimismo acaba-se mostrando, no seu devido tempo, exagerado e infundado, é altamente provável que também o derrotismo e as expectativas profundamente sombrias de períodos como o que estamos atra-

vessando não passem, mais uma vez, de um estado de ânimo passageiro. Se é verdade que o futuro do País nunca foi tão bom quanto se acreditou que fosse no passado, não se pode também cair no extremo oposto e acreditar que seja tão desesperadamente ruim ou irremediável agora. A lâmina da sobriedade deve cortar de ambos os lados.

A consequência nefasta dessas oscilações radicais entre a euforia e o derrotismo, tão presentes na vida brasileira, é que elas não nos ajudam a enfrentar de forma consistente e racional aqueles que são, afinal de contas, nossos problemas econômicos reais, ou seja: (a) a privação material em que vivem cerca de 11 milhões de famílias (25,4 milhões de crianças) com renda "per capita" familiar inferior a US\$ 300 anuais ("linha da pobreza absoluta") e (b) a baixíssima eficiência microeconómica de nossos esforços produtivos, que se manifesta, entre outras coisas, na baixa produção "per capita" e na reduzida competitividade internacional da economia brasileira. Um ataque frontal a esses problemas exigirá, no meu entender, a execução de um programa de ação econômica baseado em dois princípios fundamentais.

O primeiro deles é estabelecer no País um arcabouço institucional adequado ao funcionamento da economia competitiva de mercado. Isso requer uma drástica redução da participação do Estado na vida econômica do País, através da privatização, desregulamentação, redução de subsídios ao setor privado e gradual suspensão das medidas protecionistas que tornam a economia brasileira uma das mais fechadas em todo o mundo. O objetivo fundamental aqui é estabelecer uma ordem econômica onde o critério de sucesso passe a ser não o acesso privilegiado a Brasília ou a habilidade em tirar proveito especulativo da balbúrdia financeira hoje existente, mas sim a eficiência microeconómico, isto é, a iniciativa e a competência na produção de bens e serviços para os quais existe um mercado — doméstico ou internacional — genuíno.

Vale lembrar, sobre esse ponto, as palavras de Keynes (na sua famosa Teoria Geral) sobre as economias que se tornam cassinos obrigatórios: "Os especuladores podem não causar dano enquanto não passam de bolhas numa correnteza firme de iniciativas empresariais. Mas a situação é grave quando essas iniciativas se tornam bolhas num rodamoinho de especulação. Quando o crescimento do capital de um país se torna o subproduto das atividades de um cassino é provável que a tarefa seja mal executada".

O segundo ponto é a execução de um programa de reforma social orientado para a formação de capital humano. A erradicação da pobreza absoluta e a elevação da produção "per capita" dos brasileiros exigirão um esforço concentrado em educação, saúde e planejamento demográfico.

Acredito que a condução da economia no Brasil, nas últimas décadas, padeceu de um grave erro de julgamento. Fizemos um esforço verdadeiramente extraordinário de substituição de importações e formação de capital físico na indústria e nos grandes centros urbanos, mas lamentavelmente deixamos de formar capital humano na proporção requerida. Durante os surtos de prosperidade do pós-guerra, quando as taxas de crescimento atingiam com freqüência os dois dígitos e a Nação se deixava contaminar pela "euforia do desenvolvimento", os responsáveis pela política econômica subestimaram de modo persistente a importância, para a continuidade do crescimento e a elevação do bem-estar coletivo, de uma ação mais decidida no sentido de, por um lado, conter o crescimento demográfico e, por outro, investir na saúde e educação da maioria da população.

Para concluir, gostaria de lembrar o pensamento de Alfred Marshall (professor de Keynes) sobre a importância do capital humano para a geração de riqueza: "Não existe extravagância mais prejudicial ao crescimento da riqueza nacional do que aquela negligéncia esbanjadora que permite que uma criança bem-dotada, mas que nasça de pais destituídos, consuma sua vida em trabalhos manuais de baixo nível. Nenhuma mudança favoreceria tanto a um crescimento mais rápido da riqueza material quanto uma melhoria das nossas escolas, especialmente aquelas de grau médio, desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo, permitindo assim ao filho inteligente de um trabalhador simples que ele suba gradualmente, de escola em escola, até conseguir obter a melhor educação teórica e prática que nossa época pode oferecer".

Eduardo Giannetti da Fonseca é professor da Faculdade de Economia da USP e pesquisador da FIPE.